



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais  
IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho  
Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto, Muzambinho / MG, CEP 37.890-000 - Fone: (35) 3571-5051

TRE Nº101/2020/MUZ-DAP/MUZ/IFSULDEMINAS

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 39/2020**  
**PROCESSO Nº 23346.001198.2020-95**

**1. DO OBJETO**

1.1 Eventual Aquisição Futura de Materiais Permanentes e Consumo para Segurança do Trabalho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

1.2 Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador.

GRUPO	ITEM	CATMAT	NATUREZA DE DESPESA	Descrição do Material	UNIDADE	QUANTIDADE	Valor Médio R\$	Valor Total R\$
GRUPO 01	1	440879	449052.04	Dosímetro de ruído como no mínimo, filtro de banda de oitava e terça de oitava, análise de frequência em tempo real; com microfone integrado sem cabo; microfone antichoque; atendendo aos critérios da NR 15 e NHO 01; realização de 3 avaliações simultâneas; Frequência de ponderação: A, C e Z, Tempo de resposta: Rápido (Fast), Lento (Slow); faixa mínima de medição entre 55 a 140 dB; Indicação de pico: 115 dB; Dose de ruído projetada, Lavg, Leq, NE, NEN, TWA, Histograma do período avaliado; calibração acústica automática e software/dispositivo para descarregamento e processamento dos dados; protetor de vento; manual de instruções em português; maleta de transporte; com certificado de calibração acreditado pelo INMETRO.	UN	03	5.266,52	15.799,56
	2	150437	449052.04	Calibrador acústico classe I, com dispositivo contra influência eletromagnética, atendo a NHO 01 e norma IEC 60942 compatível com dosímetro do item 1.	UN	03	1.207,33	3.621,99
SEM GRUPO	3	141160	449052.04	Decibelímetro Sonômetro com no mínimo faixa de medição entre 30 e 130 dB, indicação de valor máximo e valor mínimo, com tripé para avaliação ambiental, função datalogger, Tempo de resposta: Rápido (Fast), Lento (Slow), Ponderação A e C, atendendo a ABNT NBR 10151:2019, IEC 61672, Sistemas Operacionais Compatíveis: Windows; software/dispositivo para descarregamento e processamento dos dados, maleta de transporte; com certificado de calibração acreditado pelo INMETRO.	UN	01	8.085,33	8.085,33
GRUPO	4	59110	449052.04	Medidor de vibração duplo canal para análise simultânea de vibração de mãos e braços (VMB) e corpo inteiro (VCI) com no mínimo; adaptador com acelerômetro para testes de luvas; com filtro de banda de oitava 1 e 1/3; com micro acelerômetro MEMS; atendendo a NR 09, NR 15, NHO 9, NHO 10, ISO 8041, ISO 2631 e ISO 5349; Ponderação por frequência;	UN	01	21.521,58	21.521,58

GRUPO 02				2001 e ISO 5349; Ponderação por frequência; software/dispositivo para descarregamento e processamento dos dados; maleta de transporte; com manual de instruções em português, certificado de calibração para medidor de vibração por órgão acreditado.				
	5	150437	449052.04	Calibrador específico para o medidor de vibração do item 4 com manual de instruções em português.	UN	01	7.167,96	7.167,96
SEM GRUPO	6	59110	449052.04	Medidor de vibração para análise de vibração de mãos e braços (VMB) com no mínimo; sensor de força para vibração de mãos e braços; com filtro de banda de oitava 1 e 1/3; com micro acelerômetro MEMS; atendendo a NR 09, NR 15, NHO 10, ISO 8041 e ISO 5349; Ponderação por frequência; software/dispositivo para descarregamento e processamento dos dados; maleta de transporte; com manual de instruções em português, certificado de calibração para medidor de vibração por órgão acreditado.	UN	01	28.455,00	28.455,00
SEM GRUPO	7	440493	449052.04	Medidor de Stress Térmico digital, atendendo a NHO 06, NR 15 e NR 09, com no mínimo registro de dados datalogger automático, calculo automático do IBUTG Interno e externo, escala de leitura graus Celcius (°C), com tripê, bolsa de transporte, cabo para transferência de dados, software compatível com sistema operacional Windows com fornecimento de relatório e gráficos; fonte de alimentação, manual de instruções em português, com certificado de calibração acreditado pelo INMETRO.	UN	01	5.737,07	5.737,07
GRUPO 03	8	297789	449052.04	Bomba de amostragem digital para gases, vapores, poeiras e aerossol, atendendo a NHO 08 e ISO 13137:2013 com fornecimento de todos os dispositivos necessários para coleta em baixa e alta vazão; com sistema de alimentação específico, com datalogger, intrinsecamente segura para uso em áreas classificadas, software para descarregamento e processamento dos dados, manual de instruções em português, com certificado de calibração acreditado pelo INMETRO.	UN	01	11.417,40	11.417,40
	9	150437	449052.04	Calibrador digital compatível com a bomba de amostragem para gases, vapores, poeiras e aerossol descritas no item 8, com Manual de instrução em português.	UN	01	11.809,35	11.809,35
GRUPO 04	10	297789	449052.04	Bomba de amostragem completa para avaliação de agentes químicos com tubos colorimétricos com no mínimo leitura direta em ppm ou % volume.	UN	01	3.658,33	3.658,33
	11	468789	339030.35	Tubo colorimétrico para amônia compatível com bomba do item 10 com no mínimo: escala de medição, mudança de cor, manual de instruções em português	UN	10	66,77	667,70
	12	468788	339030.35	Tubo colorimétrico para benzeno compatível com bomba do item 10 com no mínimo: escala de medição, mudança de cor, manual de instruções.	UN	10	50,16	495,50
	13	468788	339030.35	Tubo colorimétrico para óxidos de nitrogênio compatível com bomba do item 10 com no mínimo: escala de medição, mudança de cor, manual de instruções.	UN	10	99,84	998,40
	14	468788	339030.35	Tubo colorimétrico para formaldeído compatível com bomba do item 10 com no mínimo: escala de medição, mudança de cor, manual de instruções.	UN	10	85,09	850,90
	15	468788	339030.35	Tubo colorimétrico para ácido sulfúrico compatível com bomba do item 10 com no mínimo: escala de medição, mudança de cor, manual de instruções.	UN	10	92,37	923,70

	16	468788	339030.35	Tube colorimétrico para monóxido de carbono compatível com bomba do item 10 com no mínimo: escala de medição, mudança de cor, manual de instruções	UN	10	66,77	667,70
SEM GRUPO	17	55476	339030.28	Luvas antivibração para a proteção de usuários de equipamentos que produzam vibrações de mãos e braços (VMB) ensaiadas de acordo com as normas técnicas estabelecidas na portaria DSST/SIT n.º 452, de 20/11/2014 e suas alterações posteriores - Unidade de Fornecimento: Par.;	PAR	10	146,30	1.463,00
SEM GRUPO	18	38008	339030.28	Protetor auricular circum auricular com nível atenuação NRRsf superior a 20 dB ensaiadas de acordo com as normas técnicas e especificidades estabelecidas na portaria DSST/SIT n.º 452, de 20/11/2014 e suas alterações posteriores;	UN	05	149,62	748,10
GRUPO 05	19	63401	339030.28	Respirador do tipo facial completo ensaiado de acordo com as normas técnicas e especificidades estabelecidas na portaria DSST/SIT n.º 452, de 20/11/2014 e suas alterações posteriores;	UN	02	1.076,59	2.153,18
	20	266274	339030.28	Filtro químico, Classe 1, contendo carvão ativado tratado para proteção de gases ácidos e vapores orgânicos para o respirador item anterior - Unidade de fornecimento: Par.	PAR	06	74,51	447,06
GRUPO 06	21	150555	339030.28	Cinto de Segurança do Tipo paraquedista, com no mínimo 4 pontos de engate (1 dorsal, 1 peitoral, 2 abdominal), almofadada na proteção lombar e almofadada na proteção das pernas, para utilização com talabarte e trava quedas, ensaiado de acordo com as normas técnicas e especificidades estabelecidas na portaria DSST/SIT n.º 452, de 20/11/2014 e suas alterações posteriores;	UN	10	497,59	4.975,90
	22	38032	339030.28	Talabart em Y para utilização com o cinto de paraquedista compatível com o item anterior.	UN	10	186,41	1.864,10
SEM GRUPO	23	121169	339030.28	Trava quedas deslizantes guiado (Vertical), em aço, para corda de 12 mm, com manual de instrução.	UN	02	213,51	427,02
SEM GRUPO	24	121169	339030.28	Trava queda retrátil com cabo de aço de no mínimo 10 m para utilização em linha de vida ou ponto de ancoragem.	UN	01	2.861,89	2.861,89
SEM GRUPO	25	37958	339030.28	Kit completo de FIT-TEST para ensaio qualitativo de proteção respiratória atendendo ao Programa de Proteção Respiratória da FUNDACENTRO versão 2016 com no mínimo: capuz completo, nebulizadores, solução de sensibilidade, solução de teste de ajuste e solução de sacarina, com manual de instrução em português.	KIT	01	2.001,91	2.001,91
SEM GRUPO	26	382994	449052.04	Dispositivo completo de teste quantitativo de validação de atenuação individual de proteção auditiva atendendo a norma ANSI / ASA S12.71-2018, com acessórios para avaliação de ambas as orelhas simultaneamente e compatível com os protetores auditivos circum auricular e inserção, avaliação por frequências, software compatível com sistema operacional Windows e fornecimento de relatório e gráficos; fonte de alimentação, manual de instruções em português.	Un.	01	24.614,65	24.614,65
Valor Total da Compra R\$								163.440,38

1.2. Muitas vezes o sistema (SIDEC) através do qual são lançados os produtos constantes neste Termo de Referência para

disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores não possui descrição compatível com as do produto a serem adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. Deve ser considerada sempre a descrição completa dos produtos, constante neste Termo de Referência.

1.3. A Instituição não está obrigada a firmar as contratações de todos os itens licitados ou de toda quantidade solicitada em cada item.

1.4. A Cotação de preços unitários e totais deve estar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

1.5. Serão aceitos somente itens que tenham sua descrição completa. Descrição incompleta será entendida como em desacordo com o solicitado.

1.6. O Pregoeiro poderá solicitar que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 08 (oito) dias úteis contados da solicitação.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. Quais os motivos que geraram a necessidade da aquisição ou contratação?**

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais Campus Muzambinho é uma das Escolas da rede Federal que atua no ensino, pesquisa e extensão vinculadas à SETEC (Secretaria de Educação Tecnológica) do MEC (Ministério da Educação) e faz parte da rede de Educação Profissional pública no Brasil. O campus Muzambinho possui um Laboratório de Segurança do Trabalho, Higiene e Incêndio (LSTHI) que é utilizado na formação do profissional Técnico em Segurança do Trabalho, bem como para aulas, atividades de pesquisa e extensão em vários outros cursos. Considerando que as tecnologias vem evoluindo ao longo do tempo o laboratório está com sua instrumentação e materiais de consumo desatualizados o que compromete a qualidade das atividades de ensino especialmente práticas, atividades de pesquisa e extensão.

### **2.2. Quais os objetivos, metas e benefícios a serem atendidos?**

Esta solicitação tem como objetivo adquirir instrumentação de segurança e equipamentos de proteção para a atualização do Laboratório de Segurança do Trabalho, Higiene e Incêndio (LSTHI) para permitir o desenvolvimento das atividades de ensino (Teóricas e praticas), pesquisa e extensão. Também é objetivo do corpo docente a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) para profissionais da segurança do trabalho, complementando sua formação e contribuindo para que estes possam apresentar diferenciais e atender as necessidades e expectativa atuais do mundo do trabalho.

### **2.3. Justifique os quantitativos solicitados?**

O quantitativo solicitado pautou na economicidade e levou em consideração a realização das aulas teóricas/praticas, sazonalidade de atividades de pesquisa e demandas de projetos de extensão em Segurança do Trabalho.

### **2.4. Quais os impactos do não atendimento?**

Dificuldade da atualização dos estudantes e comprometimento de atividades práticas e de pesquisas.

### **2.5. Foi considerado aspectos sustentáveis na solicitação? Quais?**

Sim! Considerando que a sustentabilidade está pautada no tripé: econômico, ambiental e social a presente solicitação considerou os aspectos sustentáveis, uma vez que, dentre os objetivos da solicitação está a possibilidade de oferta de cursos FIC e atividades de extensão que trará benefícios para a sociedade.

### **2.6. Outras Observações (GRUPO):**

Justifica-se ainda que a aquisição de alguns itens em grupos uma vez que é necessário que os equipamentos e dispositivos utilizados por eles sejam compatíveis para o correto funcionamento.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a esse processo licitatório.

## **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1 A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do Art. 1º da Lei 10.520, de 2002.

## **5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1 O prazo de materiais e equipamentos é de 30 (trinta) dias, contados do a partir do recebimento da nota de empenho, conforme quantidades estipuladas no empenho, no seguinte endereço IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO situado na Estrada de Muzambinho KM 35 – Bairro Morro Preto, Muzambinho– MG, CEP: 37.890-000;

5.2 Os materiais e equipamentos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, a partir da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3 Os materiais e equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da

notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4 Os materiais e equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6 Os materiais e equipamentos relacionados neste termo de referência, deverão entregues e armazenados, por conta da empresa contratada, no local indicado pelo responsável do recebimento provisório.

5.6.1 Todos os custos com equipamentos, mão de obra e outros que se fizerem necessários para a descarga dos materiais e equipamentos no local determinado pelo responsável técnico, correrão por conta da empresa contratada.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.3. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.4 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.5 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão

sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1 cometer fraude fiscal;

12.1.2 comportar-se de modo inidôneo;

12.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.5 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2 multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.4 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

12.2.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3 As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo

administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **13. ESTIMA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

13.1 Está estimado o custo total de **R\$ 163.440,38 (CENTO E SESENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS)**.

13.2 O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, conforme o caso.

### **14. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

14.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Coordenador do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, auxiliado pelo “Setor de Compras, Contratos e Convênios”, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

Muzambinho – MG, 22 de outubro de 2020.

Zélia Dias de Souza  
**Diretora de Administração e Planejamento**

Renato Aparecido de Souza  
**Diretor-geral**



Documento assinado eletronicamente por:

- **Renato Aparecido de Souza, DIRETOR GERAL - MUZ**, em 22/10/2020 10:10:59.
- **Zelia Dias de Souza, DIRETOR - MUZ - MUZ-DAP**, em 22/10/2020 07:35:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/10/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 97249

Código de Autenticação: 4ea888370a



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais